



INFORME ASCEMA NACIONAL

Às Entidades Filiadas:

Assunto: Reunião realizada no dia 11/02/2019 no Ministério do Meio Ambiente.

Pauta: MP 870/2019 que transfere e extingue várias atribuições da área ambiental, transfere, agendas, e recursos humanos do MMA para outros ministérios (MAPA e MDR).

Participantes: Ascema Nacional, Assemma-MMA, Asibama-DF, Sec. Executiva – MMA, SPOA – MMA e equipes.

Participamos nesta segunda feira (11/02/2019) de reunião com dirigentes do Ministério do Meio Ambiente, dando continuidade à discussão acerca das mudanças nas estruturas dos órgãos ambientais, mais especificamente, sobre a situação do Serviço Florestal Brasileiro – SFB, que passou a integrar o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e setores do Ministério do Meio Ambiente que também passaram para outras pastas como o Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR.

Como já informado, esta reunião constituiu uma continuidade de uma outra reunião que aconteceu no dia 06/02, com o General José Carlos Nader Mota, Subsecretário da SPOA/SECEX/MMA e sua assessoria. Naquela ocasião, o Sr. Subsecretário comprometeu-se a viabilizar nova reunião, desta feita, com a Sra. Ana Pellini.

Iniciando a reunião, o presidente da Asibama – DF, Alexandre Gontijo que também é servidor do Serviço Florestal Brasileiro, mais especificamente, do Laboratório de Produtos Florestais – LPF fez uma explanação sobre os trabalhos que são executados naquela instituição e a importância de manutenção do SFB na esfera da área ambiental. Relatou também sobre a posição dos trabalhadores do SFB em relação à sua transferência compulsória para o MAPA.

Como é sabido, a Ascema Nacional, a Assemma-MMA e os servidores do SFB haviam encaminhado correspondência aos dirigentes do MMA, cobrando respostas às mudanças trazidas pela MP870/2019. Essas reuniões, segundo entendimento do MMA, seriam uma resposta àquelas indagações.

Em relação a situação dos servidores, o MMA informou que está tomando providências no sentido de assegurar que os aqueles que foram transferidos para o MAPA ou para o MDR não tenham prejuízos, principalmente no que diz respeito aos seus vencimentos. Consideram que não haveria perdas, principalmente em relação à GDAEM pois a MP “garantiria” tais prerrogativas, mesmo que as demais questões (orçamento, cargos, atribuições, etc.) fiquem nos novos Ministérios.

Os servidores colocaram que, para além das questões voltadas à sua situação funcional, preocupa, sobretudo, a perda das atribuições da área ambiental para um setor da economia que, claramente tem outras atribuições, com enfoques produtivistas muito mais voltadas ao fomento e à produção em larga escala de *commodities*. Manifestamos as preocupações relacionados a perdas, inclusive do ponto de vista econômico, que o Estado Brasileiro terá caso não se priorizem processos produtivos



sustentáveis. Foi feito um relato de como o trabalho do SFB contribui para a preservação da floresta em pé, para o uso sustentável da imensa biodiversidade que só o Brasil tem, para o cumprimento das metas e dos acordos internacionais do qual o Brasil é signatário, dentre outros argumentos.

Além disso, foram levantadas questões relativas à legalidade, pertinência, eficiência e efetividade das mudanças postas pela MP. Manifestamos, claramente a preocupação com a grande probabilidade de que, uma vez acomodados na estrutura do MAPA, os servidores, mesmo mantendo sua vinculação com o MMA, sejam capturados por uma pauta que não a ambiental, perdendo, dessa forma, a capacidade de exercer as atribuições que lhe são inerentes como analistas ambientais. É nossa avaliação que esse é um risco real, uma vez que a pauta ambiental seria secundarizada/fragilizada no contexto de um ministério cuja função principal é o fomento ao agronegócio.

Alertamos sobre as possíveis perdas ou abandono das atribuições, tendo em vista que os objetivos e ações dos ministérios são diversos e, às vezes, conflituosos, sendo necessário, portanto, que a área ambiental tenha uma relação de autonomia e não de subordinação em relação a outras áreas de governo. Foi dado destaque ao histórico e atribuições do Laboratório de Produtos Florestais – LPF, à infraestrutura de pesquisa que deverá ser “mudada” caso a transferência para o MAPA se concretize.

Sobre as demais atribuições do SFB foi citada a responsabilidade pela implementação do programa de concessões florestais que, na visão dos servidores é um importante mecanismo que viabiliza a exploração sustentável da floresta. Foi feita referência também ao inventário florestal, uma das razões para a criação do SFB em 2005. Por fim os servidores mencionaram a questão relativa às doações internacionais de cunho ambiental, que viabilizam uma série de atividades no âmbito do MMA.

A Secretária Executiva foi enfática ao discorrer sobre essas questões colocadas pelos servidores. Afirmou que “hoje, a agenda ambiental está em outro momento” e que “hoje as agendas produtivas incorporaram a preocupação e cuidado ambiental”, e que “o meio ambiente deve estar dentro da agenda e não deve ser isolado”, e também que “hoje, deve-se casar o bom desenvolvimento com a sustentabilidade ambiental”. Ou seja, “não haveria motivos para preocupações, uma vez que a sociedade como um todo já internalizou a questão ambiental como um valor intrínseco”. Em relação às concessões florestais, a Secretária foi bastante clara na crítica à forma como ela é conduzida atualmente. Houve fortes críticas aos “Planos de manejo que enchem uma sala e ninguém lê e a questão fundiária que não se resolve” e às limitações impostas por esse processo que faz com que “quem tem concessão queira devolver” por não conseguir competir com a madeira ilegal. Ao que tudo indica, as informações repassadas pelos dirigentes do SFB aos dirigentes do MMA reforçam a imagem de que este modelo de concessões não é adequado, havendo a necessidade de “alteração com o objetivo de ampliar a exploração das florestas e que isso seria viabilizado através da transferência do SFB ao MAPA”. Infelizmente, não houve oportunidade de se discutir essa questão em profundidade, tendo a própria Secretária, manifestado interesse em “fazer essa discussão através de um Seminário a ser realizado em um sábado”.

A Secretária manifestou que o LPF tem que ter um cuidado especial, tanto na infraestrutura como no pessoal, para que se mantenha no mesmo espaço. As demais



questões “temos que cumprir a MP, que tem força de Lei”. Foi informado que estão fazendo gestões para que o LPF permaneça no MMA, mas ainda não há respostas a esse pleito.

Destacamos que um outro espaço de discussão e deliberação será o Congresso Nacional onde a MP deverá passar pelo crivo do legislativo, que terá o papel de, ouvindo a sociedade, corrigir as questões que, entendemos, precisam ser revistas.

Sobre as novas lotações, tanto internamente, como em outros ministérios, solicitou-se que essas questões fossem formalizadas através de documentos escritos, como forma de garantir alguma segurança aos servidores que, no futuro poderiam ter questionada sua lotação. Solicitou-se que as decisões da cúpula do Ministério fossem comunicadas de mais claras, seja via boletim de serviço, ou de portaria, pois os servidores necessitam dessa formalidade para exercer as novas agendas. O Ministério se comprometeu a tornar o processo de comunicação interno melhor, tanto no que se referente a formalização como de comunicação.

Pediu-se também a manutenção de canais de diálogo, especialmente a Mesa Setorial de Negociação Permanente - MSNP, tendo os dirigentes do MMA concordado com a importância de um canal de diálogo com os servidores, comprometendo-se a mantê-la.

Por fim, os servidores solicitaram que o MMA (via SECEX) viabilizasse uma reunião com o MAPA para, a exemplo do que ocorreu com um setor do MMA em relação ao MDR, se pudesse discutir as propostas dos servidores para o enfrentamento desses problemas que podem afetar tanto os servidores quanto a própria agenda ambiental.



**Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do
PECMA –**

Ascema Nacional

www.ascemanacional.org.br